

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### RECURSO Nº 32, DE 2021

Recurso à CCJC em conformidade com o artigo 14, § 4º, inciso VII do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

**Autora:** Deputada FLORDELIS

**Relator:** Deputado GILSON MARQUES

## I - RELATÓRIO

Trata-se de Recurso interposto pela Deputada FLORDELIS contra atos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados e de seus membros que supostamente contrariaram normas constitucionais, regimentais e do Código de Ética e Decoro Parlamentar, no curso da tramitação do Processo Disciplinar 22/2021, originado da Representação nº 02/2021, o qual impôs à Recorrente a punição disciplinar de perda do mandato, por haver incorrido, duas vezes, na conduta tipificada no inciso I do art. 4º, bem como, duas vezes, no inciso IV do art. 4º, todos do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Pede a Recorrente que o Recurso seja recebido no efeito suspensivo e provido, decretando-se a nulidade do processo no bojo do qual foi imposta a mencionada punição (Processo Disciplinar 22/2021).

Para tanto, alega a Recorrente as seguintes razões:

- a) falta de apreciação das teses arguidas pela defesa da Recorrente;
- b) ocorrência de inversão na ordem dos atos probatórios;
- c) suposta afronta à decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;



- d) decadência;
- e) pertinência do Relator do Processo Disciplinar ao bloco parlamentar da Recorrente;
- f) cerceamento de defesa;
- g) suspeição do Relator;
- h) descumprimento do prazo previsto para apreciação do parecer do Relator.

## II - VOTO DO RELATOR

### DO CABIMENTO DO RECURSO

O Recurso de que se cuida foi interposto com base no inciso VII do § 4º do art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, nos termos do qual:

*VII – concluído o processo disciplinar, o representado poderá recorrer, no prazo de cinco dias úteis, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com efeito suspensivo, contra quaisquer atos do Conselho ou de seus membros que tenham contrariado norma constitucional, regimental ou deste Código, hipótese na qual a Comissão se pronunciará exclusivamente sobre os vícios apontados, observando, para tanto, prazo de cinco dias úteis;*

Conforme se extrai da leitura desse dispositivo, o Recurso contra atos do Conselho ou de seus membros, em razão de violação a norma constitucional, regimental ou do Código de Ética, deve cingir-se a eventuais vícios de procedimento ocorridos no curso do processo político-disciplinar perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, não se prestando esse instrumento recursal ao questionamento do mérito da decisão daquele Colegiado.



Daí que se este relator conclui pelo cabimento e recebimento do Recurso em exame.

## **DAS TESES RECURSAIS**

### **I - Da alegada falta de apreciação das teses arguidas pela defesa da Recorrente**

Na primeira de suas alegações, a Recorrente sustenta que “não houve descrição de fato determinado na abertura do processo perante o Conselho de Ética”. Não lhe assiste razão.

Com efeito, a representação imputou à Recorrente a prática de atos incompatíveis com o decoro parlamentar, com fundamento no art. 55, inciso II e §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c com o art. 9º, §3º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Tais atos, precisamente, consubstanciavam condutas delituosas, as quais foram desde o início imputadas à Recorrente, quais sejam:

- a) tentativa de homicídio – art. 121, § 2º, incisos I e III c/c art. 14, inciso II, com as circunstâncias agravantes do art. 61, inciso II, alíneas “e” e “f” e art. 62, inciso I, todos do Código Penal;
- b) homicídio consumado – art. 121, § 2º, inciso I, III e IV, na forma do art. 29, com as circunstâncias agravantes do art. 61, inciso II, alíneas “e” e “f” e art. 62, inciso I, todos do Código Penal;
- c) uso de documento falso – art. 304 c/c art. 299, 2 vezes, com as circunstâncias agravantes do art. 61, inciso II, alínea “e” e art. 62, inciso I, todos do Código Penal;
- d) associação criminosa – art. 288, parágrafo único, com a circunstância agravante do art. 62, inciso I, ambos do Código Penal.

As mencionadas imputações foram objeto de processo disciplinar com regular instrução probatória, incluindo a oitiva de diversas testemunhas e, por óbvio, da própria Recorrente.



Ainda que não seja objeto da presente Comissão discutir o mérito da decisão lavrada pelo Colendo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que foi lastreada nas provas produzidas em oitivas, quebras de sigilo telemático, bancário e análise das peças processuais, cabe a este relator, mesmo que em sede de decisão recursal, resgatar pontos relevantes do mérito processual para que não parem dúvidas sobre a improcedência do pedido da defesa.

No dia 15 de abril de 2021, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar realizou a oitiva do Dr. Allan Duarte Lacerda, Delegado de Polícia Civil do Rio de Janeiro, responsável pela condução do inquérito do caso. O Delegado trouxe à luz dos conselheiros mais detalhes de como a Recorrente se fazia valer do mandato para coagir réus e influenciar os rumos das investigações. Sobre sua relação com o filho adotivo, Lucas César dos Santos de Souza, após sua prisão, o delegado afirmou:

*“O Lucas, ele declinou, em sede policial, em termo de declaração, que **a Deputada prometeu a ele que, se ele assumisse a autoria, ela iria ajudá-lo, porque conhecia Ministros do STF e STJ e também a mulher do Bolsonaro. Isso chegou para o Lucas. Então, ela iria usar a influência dela para poder facilitar a defesa dele. Mas, obviamente, isso era um engodo para colocar o Lucas na cena do crime, para que ele assumisse a autoria e livrasse o Flávio e, por via oblíqua, se beneficiasse dessa situação.**”* Depoimento do Dr. Allan Duarte Lacerda à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar no dia 15 de abril de 2021 (grifei).

Posteriormente, no dia 19 de abril de 2021, o próprio Lucas foi ouvido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, confirmando a versão de que sua mãe adotiva tentou convencê-lo a assumir a autoria do crime. Lucas confirmou receber cartas da Recorrente pedindo que assumisse a autoria do crime para que o processo não a atrapalhasse ou a seu filho biológico, Flávio, além de prometer assistência a Lucas enquanto estivesse preso:



*“A carta... Eu cheguei no presídio dias depois do Flávio. E o Flávio falou para mim, lá na cadeia — a gente morava na mesma cela junto —, ele falou pra mim que conhecia um... tinha um cara lá dentro da cadeia, lá, que a mulher dele conhecia a minha mãe e ia ajudar a gente lá dentro. E minha mãe mandava carta com frequência pra mim. **E uma dessas cartas, ela mandou, mandou pedindo pra mim assumir a autoria do crime, senão podia atrapalhar ela, estavam querendo prender ela, podia prejudicar o Flávio, que ela não ia me abandonar, que ia me dar toda a assistência.**”*

Depoimento de Lucas Cézar dos Santos de Souza no dia 19 de abril de 2021 à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Existe robusto conjunto probatório no sentido da utilização do mandato da Recorrente para interferir no rumo do processo penal, seja pelo trânsito que o mandato lhe proporciona junto a autoridades que mencionou a Lucas, seja pela coação ou promessa de vantagens que poderia proporcionar por sua colaboração.

Assim, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro determinou de forma unânime a suspensão do mandato parlamentar da Recorrente pelo fato da deputada utilizar de seu mandato para influir nos rumos das investigações. A decisão foi clara: mandato algum deve servir como escudo a investigações quaisquer que sejam.

Ainda que a alegação da defesa Recorrente de que “a imputação de um crime a Parlamentar, que não tenha vínculo com seu mandato” não possa ensejar punição de caráter ético-disciplinar, este não é o caso uma vez que a utilização do mandato da Recorrente para influenciar no curso das investigações e processo penal integra e fundamenta a sanção lavrada na Representação 02/21, objeto do presente recurso.

É importante ressaltar que a natureza jurídica dos processos que tramitam perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é político-



administrativa e, portanto, plenamente diversa daquela ostentada nos processos criminais.

Como se sabe, estas são instâncias independentes. Afora os casos de decisão condenatória transitada em julgado, que fazem coisa julgada relativamente à culpa do agente, as decisões na esfera criminal não vinculam a apreciação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Neste sentido, o entendimento já se encontra sedimentado no Supremo Tribunal Federal:

*“Sem contradição, o parlamentar poderá ser absolvido no juízo criminal e ter seu mandato extinto por falta de decoro, decretada pela Câmara. Os pressupostos de uma e outra decisão são diferentes.” [Mandado de Segurança nº 21.443. Relator: Min. Octávio Galloti.]*

Ainda, a Recorrente traz levantamento jornalístico que indica a existência de 95 ações em face de 50 deputados federais da atual legislatura. A peça leva a crer ser injusto que, somente contra ela, exista representação ou punição em decorrência de fato que está na esfera judicial sem trânsito em julgado.

Conforme demonstrado anteriormente, os motivos que fundamentam a Representação não se esgotam no processo criminal da Recorrente, vez que abarcam a maneira indecorosa como utilizou o mandato frente ao processo em seu desfavor.

Além disso, mesmo que a Representação se fundamentasse exclusivamente em processo criminal sem trânsito em julgado, não haveria nulidade alguma conforme já demonstrado com jurisprudência da Suprema Corte.

Em que pese a existência de processos contra 50 outros deputados federais, este levantamento jornalístico não tem o condão de absolver ou condenar quaisquer que sejam os possíveis representados. Cabe, para cada um e como ocorreu no caso da Recorrente, o processamento nos termos do Regimento da Casa e Código de Ética.

## **II - Da ocorrência de inversão na ordem dos atos probatórios**



Alega a Recorrente que “houve inversão tumultuária da ordem dos depoimentos, inovações em testemunhas, paralisações, interrupções, que acabam por macular o princípio do devido processo administrativo”. Aduz ainda que “inúmeros documentos foram juntados, provas foram produzidas, posteriormente à manifestação defensiva, o que torna o processo manifestamente nulo”.

A alegação não merece prosperar. Muito ao contrário, observou-se com rigor a devida marcha processual com especial atenção aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Nesse sentido, em 13 de maio de 2021, após a oitava da Representada, ora Recorrente, foi devidamente encerrada a instrução probatória do processo disciplinar, sendo descabidas as afirmações de caráter geral feitas pela Recorrente a respeito de suposta afronta ao devido processo administrativo.

Da leitura de todas as atas e registros referentes ao processo disciplinar de que se cuida, não se extrai qualquer indício de “inversão tumultuária” na instrução probatória. Talvez por essa razão (falta de materialidade quanto ao alegado) a argumentação da Recorrente sobre este ponto recorra sempre a afirmações generalistas e pouco precisas, asseverando que “inúmeros documentos” foram juntados após a manifestação da defesa ou que houve “inovações em testemunhas”, sem individuar qualquer fato.

### **III - Da suposta afronta a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ)**

Aqui a Recorrente diz constatar “inobservância do que fora decidido pelo TJRJ”, alegando que a Corte Estadual apenas “encontrou, por ora, razões para se manifestar pela suspensão do mandato da parlamentar”.

A alegação não apresenta qualquer solidez do ponto de vista jurídico. É consabida a independência entre as instâncias penal e ético-disciplinar. Ocorre que, para o deslinde deste ponto, a autonomia entre as instâncias nem chega realmente a assumir relevância.

Ora, em verdade, não há qualquer sentido em condicionar a sanção disciplinar de perda do mandato às medidas adotadas pelo TJRJ, pois,

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213323644500>



como se sabe, nem mesmo ao final de uma persecução penal o TJRJ imporia a perda de mandato a Deputado Federal. A perda do mandato parlamentar, em caso de condenação criminal em sentença transitada em julgado, nos termos do § 2º do art. 55 da Constituição Federal, será decidida pela Câmara dos Deputados “por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa”.

De toda forma, inexiste qualquer vinculação do juízo ético-disciplinar da Câmara dos Deputados a decisões de Tribunais de Justiça.

#### IV - Da alegação de decadência

Sustenta a Recorrente a ocorrência de decadência no processo. Segundo alega, “o prazo de 90 dias para finalizar o processo, com deliberação do plenário, é decadencial, não podendo ser prorrogado, interrompido ou suspenso, considerando a sua natureza”.

Assevera que “por se tratar e (*sic*) prazo decadencial, computam-se sábados, domingos e feriados, não se havendo de restringir a contagem a dias úteis”. Vai mais além a Recorrente, afirmando que “ainda que considerado em dias úteis, *ad argumentandum*, transcorreu o prazo previsto na legislação, ou seja, passaram-se mais de 90 dias do estipulado no Código de Ética”.

Nada disso corresponde à verdade.

O art. 10 do Código de Ética arrola as sanções aplicáveis aos Deputados:

*“Art. 10. São as seguintes as penalidades aplicáveis por conduta atentatória ou incompatível com o decoro parlamentar:*

*I - censura, verbal ou escrita;*

*II - suspensão de prerrogativas regimentais por até 6 (seis) meses;*

*III - suspensão do exercício do mandato por até 6 (seis) meses;*

*IV - perda de mandato.”*





Transcreve-se, a seguir, o art. 16 daquela norma, que estabelece prazo para conclusão dos processos no Colegiado:

*“Art. 16. Os processos instaurados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados não poderão exceder o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para deliberação pelo Conselho ou pelo Plenário da Câmara dos Deputados, conforme o caso, na hipótese das penalidades previstas nos incisos II e III do art. 10. **§ 1º O prazo para deliberação do Plenário sobre os processos que concluírem pela perda do mandato, conforme o inciso IV do art. 10, não poderá exceder 90 (noventa) dias úteis. (...)**”*  
(grifou-se)

Como se vê, não existe, neste caso, prazo de “decadência”. O que há é o prazo de 90 (noventa) dias **úteis** (e não apenas “noventa dias”, como erroneamente transcrito na peça recursal) para deliberação do Plenário sobre os processos que concluírem pela sanção mais grave (perda do mandato parlamentar).

No caso em tela, ainda que tenha ultrapassado o referido prazo, não há que se falar em “decadência” de qualquer direito.

O Código de Ética já estabelece as consequências de eventual excesso de prazo, as quais se resumem ao sobrestamento da pauta.

Confira-se os dispositivos transcritos a seguir:

*“Art. 14. A aplicação das penalidades de suspensão do exercício do mandato por no máximo 6 (seis) meses e de perda do mandato é de competência do Plenário da Câmara dos Deputados, que deliberará em votação ostensiva e por maioria absoluta de seus membros, em virtude de provocação da Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, após a conclusão de processo disciplinar*



*instaurado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na forma deste artigo. (...)”*

*“Art. 16.*

*(...)*

*§ 1º O prazo para deliberação do Plenário sobre os processos que concluírem pela perda do mandato, conforme o inciso IV do art. 10, não poderá exceder 90 (noventa) dias úteis.*

*(...)*

*§ 3º Esgotados os prazos previstos no caput e no § 1º deste artigo:*

*I - se o processo se encontrar no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, concluída sua instrução, passará a sobrestar imediatamente a pauta do Conselho;*

*II - se o processo se encontrar na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para fins de apreciação do recurso previsto no inciso IV do art. 13 e no inciso VII do § 4º do art. 14, passará a sobrestar imediatamente a pauta da Comissão;*  
*(...)”*

Como se depreende da leitura do Código de Ética, não há que se falar em qualquer espécie de prazo decadencial.

## **V - Da pertinência do Relator do Processo ao bloco parlamentar da Recorrente**

Sustenta a Recorrente haver ocorrido ofensa ao art. 13, I, “a” do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, norma a qual se transcreve a seguir:

*Art. 13. O projeto de resolução oferecido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que proponha a suspensão de prerrogativas regimentais,*



*aplicável ao Deputado que incidir nas condutas previstas nos incisos VI a VIII do art. 5º deste Código, será apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em votação ostensiva e por maioria absoluta de seus membros, observado o seguinte:*

*I – instaurado o processo, o Presidente do Conselho designará relator, a ser escolhido dentre os integrantes de uma lista composta por três de seus membros, formada mediante sorteio, o qual:*

*a) não poderá pertencer ao mesmo Partido ou Bloco Parlamentar do Deputado representado;*

*(...)*

Segundo os termos da peça recursal, teria havido ilegalidade na indicação do Relator do processo perante o Conselho de Ética, uma vez que “a época da escolha do Excelentíssimo Deputado Alexandre Leite (DEM) e durante todo o correr do processo disciplinar”, este compunha o mesmo bloco parlamentar da Recorrente.

Alega a Deputada ora recorrente que “é muito claro o art. 13, I, “a” do Código de Ética quanto a proibição de tal compartilhamento de blocos entre o relator e a representada, ou seja, tal escolha, que inclusive foi avisada quanto a proibição, ao Presidente do Conselho no dia da escolha, pelo Deputado Júlio Delgado (MG), foi por este, tomada como irrelevante em função de um suposto acordo firmado entre os parlamentares da comissão” e que tal acordo não teria “força superior ao estipulado pelo próprio código de ética”.

A bem da verdade, a Ata da Reunião do Conselho realizada em 15 de maio de 2019, esclarece qual a composição dos Blocos Parlamentares a ser considerada, qual seja, a que vigorava em 08 de maio de 2019, data da instalação do Conselho de Ética. Transcreve-se a seguir excerto do documento:

*ORDEM DO DIA: O Presidente, Deputado Juscelino Filho, deu início aos trabalhos esclarecendo que a reunião se destinava a: 1) Comunicações sobre procedimentos a serem adotados pelo Conselho de Ética para o biênio 2019-2021;*



(...)

*Passando ao primeiro item da pauta, o Presidente fez a leitura dos seguintes procedimentos, discutidos e acordados com os conselheiros, em reunião realizada no dia catorze de maio de dois mil e dezenove, na sala da Presidência do Conselho de Ética, a serem adotados no biênio 2019-2021:*

(...)

***Quanto ao sorteio para escolha do relator disciplinado no artigo 13 do Código de Ética: a) Com relação ao sorteio dos nomes aptos a integrarem a lista tríplice para escolha do relator, descritos no artigo 13, inciso I, alínea “a”, do Código de Ética, será considerada a composição dos Blocos Parlamentares que vigorava em oito de maio de dois mil e dezenove, data da instalação do Conselho de Ética; (grifou-se)***

(...)

Não se trata, como insinua a Recorrente, de “acordo” em contrariedade a regulamento. Naquela ocasião, apenas decidiu-se, por unanimidade, o critério a ser adotado pelo Conselho a fim de dar o devido cumprimento ao art. 13, I, “a” do Código de Ética.

Em 08 de maio de 2019, havia apenas um único bloco parlamentar formado na Casa, integrado pelo PP, MDB e PPB. Sendo a Recorrente do PSD e o Relator, Dep. Alexandre Leite, do DEM, não há que se falar em identidade de blocos.

Mas admitamos, só por um momento, a tese da Recorrente. Ainda assim, é de se indagar: qual o prejuízo sofrido pela Deputada com a suposta identidade de blocos entre ela e o Relator? Absolutamente nenhum. Impõe-se, a toda evidência, considerar o princípio *pas de nullité sans grief*, segundo o qual “não há nulidade sem prejuízo”.

Esclarece-se. No caso em exame, mesmo com a alegada identidade entre os blocos parlamentares da Recorrente e do Relator, o que



não havia, o recurso não conseguiu demonstrar qualquer dano ou prejuízo decorrente de tal fato.

Sem dano não há nulidade. Sobre esse ponto já se pronunciou o Supremo Tribunal Federal. Por todos, transcreve-se o seguinte julgado do Pretório Excelso:

***“O princípio do pas de nullité sans grief exige a demonstração de prejuízo concreto à parte que suscita o vício, independentemente da sanção prevista para o ato, pois não se declara nulidade processual por mera presunção. (HC 72.198, DJ de 26-5-1995).” (HC 97.033, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 12-5-2009, Primeira Turma, DJE de 12-6- 2009.) No mesmo sentido: HC 89.517, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 15-12-2009, Segunda Turma, DJE de 12-2-2010. Vide: HC 95.712, Rel. Min. Ayres Britto, julgamento em 20-4-2010, Primeira Turma, DJE de 21-5-2010; HC 89.686, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 12-6-2007, Primeira Turma, DJ de 17-8-2007. (grifamos)***

A norma do art. 13, I, “a”, do Código de Ética consiste em **evitar possível favorecimento** ao parlamentar representado, o qual poderia vir a ser beneficiado por relator integrante de sua agremiação ou bloco partidário. Fica claro que, no caso em tela, não houve qualquer favorecimento à Recorrente, alcançando a norma sua plenitude, sem qualquer nulidade a ser apontada.

Dessa forma, não se reconhece a ocorrência de qualquer espécie de nulidade em razão das agremiações integradas pela Recorrente e pelo Relator, Dep. Alexandre Leite.

## **VI - Do cerceamento de defesa**

Argumenta a Recorrente que sua defesa foi cerceada.

Sustenta que “no dia 13/05/2021, quando foi realizada a oitiva final da

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213323644500>



Deputada Flordelis, essa Defesa avisou em sua fala que entregaria a secretaria do Conselho documentos pertinentes a defesa de sua representada (Laudo Médico sobre o suposto envenenamento do Pastor Anderson do Carmo).”

Alega que “logo após o relator declarou finda a instrução terminando em seguida a sessão”. Por fim, afirma que, “no dia 31/05/2021 a Defesa encaminhou o Laudo à secretaria, tendo recebido logo em seguida o indeferimento do relator alegando intempestividade como fundamentação para tal, pois segundo ele a instrução já restava concluída por seu comando.”

Ao contrário do que afirma a Recorrente, foi-lhe devidamente concedida ampla defesa. É o que se constata pelo exame da tramitação de todo o processo.

Aliás, a ata da reunião do Conselho de Ética, de 13 de maio de 2021, afasta qualquer dúvida nesse sentido:

*“(…) ORDEM DO DIA: O Presidente deu início aos trabalhos esclarecendo que a reunião se destinava à oitiva da Deputada Flordelis – PSD/RJ, Representada no Processo nº 22/21, referente à Representação nº 02/21. Na sequência, o Presidente detalhou os procedimentos que seriam adotados na oitiva e registrou a presença no recinto da Deputada Flordelis e de sua advogada, Dr. Janira Rocha, bem como a presença virtual do advogado da Representada, Dr. Anderson Rollemberg. Dando início à oitiva, o Presidente passou a palavra à Representada, por até vinte e cinco minutos, para que fizesse suas considerações iniciais. Encerrada a fala da Representada, o Presidente concedeu a palavra ao Relator, Deputado Alexandre Leite, presente no recinto, para inquirir a Representada. Encerrados os questionamentos do Relator, o Presidente, a pedido da advogada da Representada, suspendeu a reunião às quinze horas e quarenta e três minutos, retomando os trabalhos às quinze horas e quarenta e sete minutos. Não havendo*



*inscritos para questionar a Deputada Flordelis, o Presidente passou a palavra ao advogado da Representada, Dr. Anderson Rollemberg, que formulou seus questionamentos. Constatada falha no sistema que disponibilizava a lista de inscrição para inquirir a Representada, verificou-se que havia sido registrada a inscrição do Deputado Carlos Sampaio, motivo pelo qual o Presidente lhe concedeu a palavra. Com o intuito de colaborar com o inquiridor, o Relator formulou questionamentos complementares, após os quais o Presidente devolveu a palavra ao Deputado Carlos Sampaio. Não havendo outros inscritos, o Presidente passou a palavra aos advogados da Representada para continuarem a inquirição e, após, suspendeu novamente a reunião às dezessete horas e cinquenta minutos e a retomou às dezessete horas e cinquenta e sete minutos, quando devolveu a palavra à advogada para continuação da inquirição. Finalizados os questionamentos dos advogados, o Presidente declarou finalizada a oitiva, oportunidade em que o Relator fez uso da palavra para declarar encerrada a instrução probatória do processo. Presidiu, também, esta reunião o Deputado Hiran Gonçalves. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Deputado Hiran Gonçalves encerrou os trabalhos às dezoito horas e nove minutos (...)*

Dessa forma, também esta tese recursal não merece acolhimento.

## **VII - Da suspeição do Relator**

Neste ponto, a Recorrente alega que o Eminentíssimo relator

da Representação em seu desfavor na Comissão de Ética e Decoro

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213323644500>



Parlamentar teria antecipado sua posição pela cassação da deputada Flordelis em live com blogueiros na internet.

Em que pese a defesa afirmar que anexou vídeos comprovando o ocorrido, a Comissão de Constituição e Justiça confirmou a este relator que não recebeu qualquer vídeo anexado ao recurso. Assim, fica este relator impossibilitado de se manifestar por falta de materialidade sobre este ponto.

Cabe pontuar que, mesmo que o alegado pela defesa tenha ocorrido e por mais que este relator concorde que deva haver prudência e até seja recomendado que os relatores se abstenham de quaisquer posicionamentos antecipados acerca de matérias relatadas, inexistente tal vedação por parte dos regulamentos desta Casa e que enseje qualquer nulidade processual.

A imposição de sigilo dada pelo Regulamento do Conselho de Ética se refere tão somente ao conteúdo do **voto do relator**, e não de posições, manifestações ou opiniões de quaisquer de seus membros. Conforme vemos:

*“Art. 17.*

*(...)*

*§ 2º Recebido o parecer, a secretaria do Conselho o desdobrará em duas partes, disponibilizando para divulgação apenas a primeira parte, formada pelo relatório; a segunda, que consiste no voto do relator, ficará sob sigilo até sua leitura em reunião pública.”* Resolução No. 25, de 2001, que institui o Regulamento do Conselho de Ética (grifei).

Por fim, alega a defesa que, uma vez iniciada a leitura do voto do relator, este se encontrava em diversos veículos de imprensa. Novamente, a proteção do sigilo do voto do relator se dá somente até o momento de sua leitura, inexistindo qualquer nulidade na publicidade do voto após tal marco temporal.





Não restou comprovada pela defesa a violação do sigilo do voto relator, motivo pelo qual se impõe a rejeição do argumento recursal.

### **VIII - Do descumprimento do prazo previsto para apreciação do parecer do Relator**

Como última tese, a Recorrente aponta suposta violação ao art. 17 do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Segundo a Recorrente, o dispositivo determinaria que “o Parecer do Relator seja apreciado em 5 (cinco) sessões ordinárias do Conselho de Ética” (sic). Não obstante, o Parecer do Relator teria sido apreciado em 2 (duas) sessões, “abreviando a possibilidade de debate e cerceando com isto o direito de defesa da Deputada”.

Transcreve-se, a seguir, o *caput* do art. 17 do Regulamento, dispositivo citado pela Recorrente:

*“Art. 17. Considerar-se-á concluída a instrução do processo com a entrega do parecer do Relator, que será apreciado pelo Conselho no prazo de cinco sessões ordinárias.”*

Em primeiro lugar, é de bom alvitre que se esclareça que não existem “sessões ordinárias do Conselho de Ética”, como se referiu a Recorrente. As sessões ordinárias são da Câmara dos Deputados e não dos seus órgãos colegiados.

Feito o reparo da atecnia apresentada na peça recursal, cumpre esclarecer que o *caput* do dispositivo transcrito encontra-se tacitamente revogado desde o início da vigência da Resolução nº 2/2011 que alterou Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, e regulamentou a matéria de prazos atinentes à Comissão.

Com efeito, o *caput* do art. 4º da Resolução nº 2/2011, da Câmara dos Deputados, assim dispõe:

*“Art. 4º A vigência do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados implica a imediata revogação das disposições regulamentares com ele incompatíveis.”*



Comprova-se a inadequação do dispositivo invocado quando da leitura do art. 8º, § 3º do Código de Ética:

*“Art. 8º*

*(...)*

*§ 3º Os prazos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar **contar-se-ão em dias úteis**, inclusive em se tratando de recurso ou pedido de vista, ficando suspensos no recesso, salvo na hipótese de inclusão de matéria de sua competência na pauta de convocação extraordinária, nos termos do § 2º”.*

A interpretação do dispositivo acima, combinada com o art. 4º do Código de Ética supracitado impõe a este relator reconhecer a revogação tácita do *caput* do art. 17 invocado pela Recorrente.

De toda forma, mesmo que o *caput* do art. 17 ainda estivesse em vigência, não ensejaria nulidade alguma visto que a determinação se refere ao prazo máximo para deliberação, e não mínimo.

Neste sentido, vemos o princípio da celeridade processual e a aplicação do entendimento do prazo ser um marco temporal de limitação da apreciação pelo Conselho, e não de sua prolatação, no próprio Código de Ética. Conforme vemos:

*“Art. 16. Os processos instaurados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados não poderão exceder o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para deliberação pelo Conselho ou pelo Plenário da Câmara dos Deputados, conforme o caso, na hipótese das penalidades previstas nos incisos II e III do art. 10.*

*§ 1º O prazo para deliberação do Plenário sobre os processos que concluírem pela perda do mandato,*



*conforme o inciso IV do art. 10, não poderá exceder 90 (noventa) dias úteis.”*

Conforme extraímos do dispositivo acima, concluímos que o prazo inclusive já se prolongou em favor da Recorrente, uma vez que a apreciação em Plenário para processos que concluírem pela perda de mandato é de 90 dias úteis, e já se passaram 98 dias úteis até a data de apresentação deste parecer. Ou seja, todos os prazos foram cumpridos, propiciando-se largo debate no Conselho de Ética e ampla defesa à Recorrente.

Descabe, assim, qualquer alegação de ilegalidade quanto aos prazos da Representação.

## **CONCLUSÃO**

**Por todo o exposto, conheço do Recurso nº 32, de 2021, e voto por sua improcedência.**

Sala da Comissão, em 08 de julho de 2021.

Deputado GILSON MARQUES  
Relator

2021-10327



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213323644500>

